

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT-1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

UMA PROPOSTA DE ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA: OBSERVANDO O DOCUMENTO MÉDICO¹

Asy Pepe Sanches Neto – (Universidade Federal Fluminense – UFF)

Marcia Heloisa Tavares de Figueredo Lima – (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS)

AN EPISTEMOLOGICAL ANALYSIS PROPOSAL: OBSERVING THE MEDICAL DOCUMENT.

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Proposta de reflexão teórica-epistemológica de análise do documento de arquivo médico, como objeto inscrito na ordem do poder. Esta comunicação constitui-se da parte teórica de um trabalho de pesquisa maior, que analisou prontuários médicos da década de 50 em instituição de internação psiquiátrica. O quadro teórico baseado em autores que sintetizam as visões do neodocumentalismo, problematiza o documento desse tipo de fundo como objeto inscrito em uma relação de poder, indagando se este dispositivo documental também funcionaria como um indicador social sobre determinadas práticas de seleção de sujeitos. Devido à credibilidade de sua reputação científica, o prontuário médico asseguraria uma repetição que corrobora a construção social de determinadas práticas, estabelecendo relações mais amplas do que uma rotineira prática legitimada pelo saber médico. Trata do conceito de normalidade e anormalidade/normal e patológico como diádes, construções trabalhadas simultaneamente e através dos mesmos mecanismos, motivo pelo qual o trabalho utiliza palavras como "(a)normais" como recurso gráfico que tem significado para a discussão proposta. São apresentadas algumas indagações filosóficas sobre a construção do "outro" abjeto e desenvolve uma linha argumentativa relacionando as preocupações do campo da informação e dos pesquisadores da documentação com essas questões sociais. Conclui, lançando indagações sobre as consequências deste modo de observar o documento enquanto verdade por parte de arquivistas, bibliotecários e cientistas da informação.

Palavras-Chave: Documentação. Ciência da Informação. Epistemologia.

Abstract: Proposal of theoretical-epistemological reflection of the analysis of the medical archive document, as an inscribed object in the order of power. This communication consists of the theoretical part of a larger research work, which analyzed medical records of the 50's in an institution of psychiatric hospitalization. The theoretical framework based on authors that synthesize the visions of neodocumentalism, problematizes the document of this type of archival fund as an object inscribed in a relation of power, asking if this documentary device would also function as a social indicator about certain practices of subject selection. Due to the credibility of its scientific reputation, the medical

¹ Inicialmente produzido como Dissertação de Mestrado para o PPGCI/UFF

record would ensure a repetition that corroborates the social construction of certain practices, establishing broader relationships than a routine practice legitimized by medical knowledge. It deals with the concept of normality and abnormality/normal and pathological as dyads, constructions worked simultaneously and through the same mechanisms, the reason why the work uses words like "(a)normal" as a graphic resource that has meaning for the proposed discussion. Some philosophical inquiries are made about the construction of the "other" abject and develops an argumentative line relating the concerns of the field of the information and the researchers of the documentation with these social questions. Concludes by casting inquiries on the consequences of this way of viewing the document as truth by archivists, librarians, and information scientists.

Keywords: Documentation. Information Science. Epistemology.

1 INTRODUÇÃO

O artigo que segue é reflexo das discussões teóricas que abrimos² para a efetivação da pesquisa intitulada “A construção da Segregação (ou como o documento inscreve quem é (a)normal.)”. No escopo daquele trabalho encerrado, buscávamos compreender o caminho do exercício do poder e da criação dos sujeitos (a)normais³ através do contato deles (os sujeitos) com o poder (no caso de nosso trabalho as instituições médico-psiquiátricas) e dos sedimentos enunciativos registrados em um tipo documental específico, remanescente desse contato (o prontuário). Em poucas palavras, nossa hipótese reflexiva defende que o documento oriundo desse contato, além de ser um objeto inscrito na relação de poder médico-paciente também, no contexto social, funciona não só como um indicador social sobre determinada prática, como também um objeto que, devido à credibilidade de sua reputação científica, assegura uma repetição que corrobora a construção social de determinadas práticas como saudáveis e patológicas, ou normais e anormais.

Os conceitos utilizados nesse trabalho serão vistos como díades, construções trabalhadas simultaneamente e através dos mesmos mecanismos e, por isso mesmo, chamamos de (a)normais, em uma tentativa gráfica de demonstrar a simultaneidade dos efeitos de exclusão, coerção e construção social, como advertimos em nota.

Apresentaremos algumas indagações filosóficas sobre a construção do "outro" abjeto e tentaremos desenvolver uma linha argumentativa relacionando as preocupações do campo da

² Cabe ressaltar a indispensável participação do professor Eduardo Murguia, que iniciou a orientação da pesquisa, interrompendo-a pouco antes de falecer e a quem dedicamos este trabalho. As reflexões sobre documento foram construídas não só pela leitura de livros, muitos dos quais de sua própria biblioteca, mas sobretudo no profícuo diálogo em que uma relação orientando-orientador se iniciava.

³ Utilizaremos essa nomenclatura a fim de que a relação dialética entre os conceitos seja explícita.

informação e dos pesquisadores da documentação para com o nosso objeto, o documento médico.

Iniciaremos nossas observações discutindo o nosso próprio método e abordagem, pois, se é certo que o mapeamento dos dizeres e enunciados científicos são indispensáveis às nossas dúvidas e hipóteses sobre a construção de um objeto qualquer, em nosso caso, o prontuário médico, frente às questões do campo da informação, também é certo que o mapeamento de um campo científico nunca é uma atividade neutra. Obviamente, quando se mapeia algo, utilizam-se categorias cujas escolhas afetarão diretamente os resultados encontrados.

Traremos uma leitura possível sobre o documento médico como superfície de inscrição de um saber/poder médico, hospital, institucional.

É preciso estabelecer que uma instituição científica é sempre uma instituição de saber/poder: o que nos leva ao fato de que, para além dos discursos científicos circulantes, há um uso e apropriação no meio social desses enunciados que são baseados nas teorias acadêmicas e, por receberem esta "aura" de tema acadêmico legítimo, adquirem o caráter de verdade incontestável. Desta forma, sublinhamos que o nosso objetivo aqui será o de verificar uma das formas de como os objetos do campo informacional (o documento, o registro, a informação) significam na vida do sujeito contemporâneo.

Em uma perspectiva macro, o objeto de estudo do Campo Informacional é a **informação registrada**⁴ – daqui para frente, informação. Na prática, a principal atividade reflexiva produzida pelos estudiosos neste campo são os mecanismos de tratamento da informação, embora também existam pesquisas relacionadas à geração da informação e à recepção desta. Grosso modo, apesar do foco ser a transmissão – e aqui todos os mecanismos necessários como a guarda, a representação, a disponibilização etc. – todo o ciclo de vida da informação tem sido constituído, com maior ou menor prestígio, como preocupação dos profissionais e pesquisadores desse segmento⁵.

Se a questão de pesquisa passa a ser o lugar intermediário entre a geração e a recepção da informação, algumas observações devem ser pontuadas: i) a expectativa é a de um profissional neutro, que não influencie na relação autor x usuário final (que é, na visão de um ciclo documentário ou ciclo de informação, também autor, fazendo desse processo uma

⁴ Há um pioneirismo ainda pouco representativo de inserir a transmissão oral nas preocupações do campo informacional, entretanto tal questão ainda não representa uma preocupação para a área. Para um panorama mais amplo da questão ver CARDOSO; NÓBREGA (2011)

⁵ Referimo-nos especificamente aos trabalhos Freitas(2001) e Marteleto (2009).

espiral cíclica infinita); ii) há, no Campo Informacional, uma forte visão positivista sobre o registro, uma visão que sacraliza o que está documentado e, assim sendo, iii) muitas das preocupações documentais são positivistas, na medida em que o documento compõe um reconhecido canal comprobatório formal.

Em contraposição a essa visão, Roszak (1988) e Buckland (1991) argumentam que a palavra informação, por ela mesma é pouco significativa, visto que é ambígua, carregada de múltiplos significados e usada para designar diferentes ações. As pesquisas de Buckland revelam três diferentes atos que derivam da noção de informação: i) informação como processo – referente ao ato de informar, é a ideia de que alguém seja informado de algo e nesse processo seu conhecimento seja alterado, bem como pressupõe uma materialização do conhecimento; ii) informação como conhecimento – o qual remete ao processo final do ato de informar, um exemplo seria a ideia de informação capaz de reduzir incertezas, ao mesmo tempo que esta informação seria intangível; iii) informação como coisa – a ideia de informação é também atribuída a dados e documentos, estes são informação pois possuem o valor de serem informativos.

A questão que Buckland (1991) propõe é essencialmente voltada à distinção de informação tangível e intangível, sendo respectivamente informação como coisa e como conhecimento. Tal debate contradiz a postura positivista documental, pois transforma o valor de verdade do documento em um valor representativo.

Se você pode tocar ou medir diretamente não é conhecimento, provavelmente será algo físico, possivelmente informação como coisa [...] O Conhecimento, todavia, pode ser representado tanto quanto um acontecimento pode ser filmado. Entretanto, a representação é tanto o conhecimento quanto o filme é o evento. (BUCKLAND, 1991, p. 351, tradução feita pelo autor.)

E completa: “O quanto saberíamos sobre dinossauros se nenhum fóssil tivesse sido encontrado?” (BUCKLAND, 1991, p. 354). Tal perspectiva rompe com a ideia de neutralidade entre o fato e o registro, entre a realidade e o documento. Este estudo está ligado a uma recente retomada da questão da documentação pelos chamados neodocumentalistas⁶ e alguns estudos filosóficos que têm como tema o arquivo e o documento. O desenvolvimento

⁶ Os principais representantes desse segmento são Michael Buckland, Ronald Day, Bernd Frohmann e W. Boyd Rayward.

dessas pesquisas possibilitou um avanço no sentido de uma discussão genealógica sobre arquivo.

Exemplo disso é a dissertação de Grigoletto (2009) que, ao buscar compreender o processo de tombamento do museu Prudente Moraes, sugere a seguinte hipótese: “o patrimônio é uma determinação social inscrita no documento. Isto é, a materialização de forças e tensões que, numa via de mão dupla, retroativamente também determinará as forças que o criam.”(GRIGOLETO, 2009, p.12). Em outras palavras a hipótese de Maira Grigoletto sugere que o documento que tomba o referido museu é o que o distingue de outros espaços e que assim sendo é o que lhe dá valor patrimonial, histórico e social, uma visão diametralmente oposta à perspectiva que versa sobre um documento que representa o real. Nessa perspectiva o documento também cria ou instaura o real. González de Gómez (2001) já pontuava esta questão ao afirmar que “[...] o regime de informação, que inicialmente foi considerado como subsidiário dos regimes de verdade, agora se apresentaria como sua substituição”(GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2001, p. 5).

Lima (1999) acrescenta à discussão quando, ao reler algumas obras de Foucault, Colombo e Pêcheux, diz:

[...] ao tratarmos as coisas ditas, escritas e publicadas (objetos de estudo da Ciência da Informação, não esqueçamos) como discursos, devemos nos remeter a autores que, como Foucault, passaram a relativizar e a problematizar toda forma de discurso como forma de poder dizer, incluindo aí o discurso da Ciência, que, desde a modernidade, só é legítimo, porque reconhecido pela *episteme* da nossa época: a Ciência pode dizer - afirmativa ou interrogativamente, ao menos - coisas sobre poucos mundos dentre todos aqueles em que nós circulamos: mundos físicos, sociais, psíquicos. (LIMA, 1999, p. 51)

Além de uma retomada dos estudos sobre o documento o direcionamento de alguns filósofos se encaminha rumo a uma compreensão do arquivo⁷. Dentre eles destacamos Derrida (2001) que o descreve como:

Exterioridade de um lugar, operação topográfica de uma técnica de consignaço, constituição de uma instância e de um lugar de autoridade (o arconte, o *arkheion*, isto é, frequentemente o estado e até mesmo um estado patriárquico ou fratriárquico), tal seria a condição do arquivo. Isto não se efetua nunca através de um ato de anamnese intuitiva que ressuscitaria, viva, inocente ou neutra, a originalidade de um acontecimento. (DERRIDA, 2001 apud FREITAS, 2010, p. 141)

⁷ Convém reiterar que o ‘arquivo’ ao qual estes autores se referem tem uma abrangência muito maior do que as unidades ou centros de informação. Arquivo para Foucault e Deleuze significa o conjunto potencial (não infinito, mas provavelmente impérvio) dos ditos e escrito.

A despeito da sofisticação dos neodocumentalistas (filósofos, alguns linguistas e também cientistas da informação) ao tratar dos arquivos, Lund (2009) denuncia um baixo investimento na compreensão do documento enquanto objeto social e por tanto, constituído.

2 UMA RELAÇÃO PERSCRUTÁVEL: DOCUMENTO E PODER.

O desenvolvimento dessas questões na pesquisa teve como um de seus pressupostos a concepção de documento como prática social. Mas, para além das questões socialmente constituídas em torno do documento, na perspectiva de Derrida, este é mais do que um objeto circundado por influências sociais: há o pressuposto de que o poder se exerce através e por causa deste. Dizendo de outra forma, é nas especificidades de cada documento que podemos analisar como, a **partir da sua constituição dispositiva** específica em certos contextos e destinado a certos objetivos, o documento cria e instaura não só relações específicas de poder, mas de saber e, de certos tipos de verdade, como o documento médico.

Partimos da hipótese de Grigoletto (2009) e ampliamos um pouco a questão, trazendo alguma particularidade de Canguilhem(2014): não seria a patologia uma determinação social e institucional? E sendo, qual o papel do documento nesse percurso de constituição de uma prática/estado enquanto algo a ser tratável pela medicina?

Partimos, como Foucault, para uma perseguição por estruturas sociais coercivas e corretivas e nestas procuramos compreender o protagonismo do documento. Seria imprudente, entretanto, reificar o documento como se estes não estivessem condicionados a um complexo administrativo que molda e é moldado pela sociedade a qual está condicionado.

Ao se traçar as condições de geração do prontuário médico enquanto superfície de registro de enunciados e práticas algumas questões específicas desta espécie documental foram impostas: se por um lado tínhamos uma temática referente às questões documentais oriundas da História e da Ciência da Informação, por outro as questões psiquiátricas também eram indissociáveis. Ambas urgentes para a discussão que nos propúnhamos, além disso, a nossa hipótese era de que a patologia poderia ser observada enquanto uma inscrição institucional e social. O nosso objeto portanto, teria desdobramentos sociais, médicos e familiares: a internação, ou a exclusão do "louco". O prontuário, todavia, não pode ser visto

como construto teórico, distante da realidade de seu funcionamento enquanto dispositivo. Na área médica, o documento de **inscrição sobre o paciente** é um documento produzido nas relações institucionais de poder que **cria verdades sobre o paciente**.

Tais verdades esbarram em muitos conceitos e relações corriqueiras, que, a não ser em condições específicas (como o olhar que as ciências humanas, sociais e, em algum momento, as sociais aplicadas lançam sobre essas relações) provavelmente pouco seriam refletidas, elas se encontram na encruzilhada entre o poder e o sujeito onde construímos nossas relações pessoais e subjetivas e a nossa vida cotidiana.

2.1 Espaços de Poder: o mito da normalidade

Ai! Existem tantas coisas entre o céu e a terra que só os poetas sonharam!
E mormente no céu: porque todos os deuses são símbolos e artificios de poeta.

A verdade é que sempre nos sentimos atraídos para o alto, isto é, para o reino das nuvens: lá colocamos os nossos manequins de mil cores, e chamamos-lhes

deuses e Super-homens. Nietzsche, 1885.

A normalidade é fruto de uma cadeia flutuante que, se congelada ou analisada através de diferentes recortes temporais, fornece indícios mais amplos sobre a sociedade que a engendra e os mecanismos ou dispositivos através dos quais o padrão é estabelecido. Essa "normalidade" seria assim, condicionada por essa cadeia imensurável que reflete e é reflexo dos *habitus*, dos costumes, do poder, do tempo e da sociedade.

Dessa forma, uma descrição *a priori* do que é normal não revelaria mais do que a composição de normalidade de quem a estipula. Este mecanismo de perpetração não se encerra em um espaço de exterioridades e dispositivos, mas sim no corpo do sujeito que tanto sofre quanto mantém um sistema de validação geral sobre o que é normal numa repetição cotidiana e ainda assim sub-reptícia do que o mantém ativo enquanto sujeito.

A estipulação de uma regulação sobre o normal é reflexo das classes dominantes – lembrando que há um amplo espaço a ser preenchido sobre o que é dominar e qual o tipo de dominação (que tem um sentido mais amplo do que dominação econômica, aproximando-se da discussão weberiana de legitimidade do poder, incluindo-se aí o poder dizer, escrever e legislar sobre o que é - ou não - normal.

Deleuze nos aponta precisamente que “quanto ao que é realmente dito, sua raridade de fato deve-se a que uma frase nega, impede, contradiz ou recalca outras frases – de tal

modo que cada frase se amplia com tudo aquilo que não diz” (Deleuze, 2006, p.14) nos lembrando e, talvez, atribuindo um esboço da concepção nietzschiana de moral e da vontade de poder, e demonstrando que assim como o conhecimento a própria enunciação revela uma seleção que não é natural ou espontânea, mas resultado de uma outra luta entre a compreensão (ou o conhecimento) e a representação (ou a enunciação). Dito de outra forma, a própria definição de uma norma já é uma luta política e para que determinado espaço seja definido como desejável outro deve ser indesejável, assim sendo não é criando-se a noção de normalidade que então se define a anormalidade, mas ao contrário, estas duas faces de uma moeda são designadas ao mesmo tempo e pelos mesmos mecanismos.

Quando digo “Alice cresce”, quero dizer que ela se torna maior do que era. Mas por isso mesmo ela também se torna menor do que é agora. Sem dúvida não é ao mesmo tempo que ela é maior e menor. Ela é maior agora e era menor antes, mas é ao mesmo tempo, no mesmo lance, que nos tornamos maiores do que éramos e que nos fazemos menores do que nos tornamos. Tal é a simultaneidade de um devir cuja propriedade é furtar-se ao presente. Na medida em que se furta ao presente, o devir não suporta a separação e nem a distinção do antes e do depois, do passado e do futuro (DELEUZE, 2006, p.5).

Essa construção paradoxal entre um devir impuro por natureza, que já nasce morto, monstro e abjeto, retroalimenta, no Ocidente, a construção do sagrado, do divino, do eterno e do salvo⁸.

Todo conceito nasce por igualação do não-igual. Assim como é certo que nunca uma folha é inteiramente igual a uma outra, é certo que o conceito de folha é formado por arbitrário abandono dessas diferenças individuais, por um esquecer-se do que é distintivo, e desperta então a representação, como se na natureza além das folhas houvesse algo, que fosse folha [...]. Denominamos um homem “honesto”; por que ele agiu hoje tão honestamente? – perguntamos. Nossa resposta costuma ser: por causa de sua honestidade. A honestidade! Isto quer dizer, mais uma vez: a folha é a causa das folhas (NIETZSCHE, 2001, p.12).

Os modos como o (a)normal é regulado transformam-se em diferentes contextos históricos e geográficos. Dizendo de outra maneira: as práticas e decisões sociais, médicas, familiares demarcatórias da (a)normalidade variam de um lugar para o outro e, em um mesmo lugar, em diferentes épocas. Ainda entre os anormais existem categorias, que afetarão diretamente a sua apreensão do real e a apreensão dos outros sobre o seu corpo, sua vida,

⁸ Há de ser compreendida de forma diferenciada o salvo e o salvável, visto que só é preciso ser salvo aquilo que não está salvo por natureza.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

assim os normais definem não só a (a)normalidade, como também demarcam uma espécie de reserva geográfica onde os anormais estariam agrupados com os seus semelhantes. Os lugares de exclusão variam, por exemplo, vemos alguns lugares típicos citados por Foucault - a prisão, o mosteiro, o internato, mas podemos expandir aos becos, os pubs, os bares, os bairros, as ruas específicas que definem um perímetro que isola a cidade dos bons pais de família de um submundo dos "outros" – os exemplos sobre a pluralidade de maneiras de administrar o anormal são muitos, mas tomemos o noticiado caso de Lali, o bebê indiano que nasceu com duas faces: em um momento foi tratada com aberração e gerou espanto; em outro foi tratada como a reencarnação de uma Deusa hindu e tornou-se alvo de adoração. Um bebe tido como Deus e um bebe tido como aberração, é claro, receberão tratamentos diferentes e ocuparão lugares diferentes na mesma sociedade, embora ambos componham o largo espaço destinado aos anormais. A intervenção sob os corpos tidos como (a)normais estarão relacionadas a diferentes ferramentas, o curso de suas vidas está condicionado, de certa forma, ao modo como a sua sociedade compreenderá o seu corpo.

Portanto os espaços e as lacunas, as presenças e as ausências são um segundo ponto a ser compreendido dentro da lógica paradoxal da norma. Afinal, se não vemos mais travestis na fila do banco, na cadeira do restaurante e nem namorando no parque é por que eles estão presentes em algum lugar outro, considerando-se que sua existência é inegável.

O anormal é relegado a espaços específicos: dos becos às casas de detenção, das favelas às pistas e becos escuros, dos cabarés ao sanatório, de zoológicos humanos aos programas televisivos. A materialidade espacial revela um pouco mais do que as extremidades e marginalidades, revela quão insuportável é a convivência com os anômalos e o tipo de intervenção que devera ser aplicada sobre seus corpos e suas almas.

[...] no projeto de fabricação da sociedade moderna, sujeitos que não se encaixaram nas categorias “naturalizadas” de pertencimento ou que não preenchiam os quesitos considerados básicos para a aquisição do estatuto de “cidadão” foram objeto de uma intervenção estatal que, no limite, como conhecemos nos episódios dramáticos dos genocídios modernos, levou à destruição física daqueles considerados irremediavelmente diferentes, estranhos demais para serem objeto de qualquer solução que não fosse a violência mortífera e brutal (CORTÊS, 2012, p.18).

Devemos abrir aqui um parêntese à seguinte reflexão: como tentamos demonstrar os anormais compreendem uma grande categoria de indivíduos e sujeitos – se é que os podemos chamar dessa forma – que não são necessariamente idênticas ou sequer similares. Se

podemos enunciar um conceito do que são os anormais este é, tal qual o conceito de informação, impreciso e flutuante, servindo a inúmeros usos, pois o anormal é tudo aquilo que foge à norma gerando estranhamento, lembrando que os padrões de normalidade suportam um largo espectro, não são rígidos, nem estanques. O que se aplica ao conceito de anormalidade para além disso é reflexo da relação que determinado tipo de sociedade tem com a anomalia, mais precisamente com determinado tipo de anomalia, pois assim como a própria noção de norma não é fixa, os tipos de anormais e os seus respectivos tratamentos também não o são. Somemos ao exemplo anterior (sobre o bebê indiano) mais um, dessa vez algo mais geral, observemos a composição de (a)normais com base na Classificação Internacional de Doenças, que, através de uma perspectiva médica, demarca alguns comportamentos/algumas características que serão considerados/consideradas como doenças, diferenciando, dessa forma, um sujeito saudável/normal de um sujeito doente/anormal.

Assim sendo, tanto quando definimos determinado comportamento ou sujeito enquanto anormal, como nos momentos em que nos referimos a determinado tratamento, estamos acionando um mecanismo de compreensão tempo-espacial relativa e definível. De outra forma, alguém poderia argumentar que o anormal nem sempre é abjeto, nem sempre é profano, nem sempre é temível, mas antes que essa reflexão encerre o tópico de assuntos relativos aos anormais, ela abre um largo espectro de variações e reflexões que só podem ser compreendidas dentro de uma cadeia e uma estrutura **definida e flutuante** ao mesmo tempo.

Historicamente, os sujeitos considerados “estranhos”, “diferentes”, “anormais”, tornaram-se objeto de inquietação política a partir do surgimento e da consolidação da modernidade. A construção do Estado-Nação moderno pressupunha a formação de uma sociedade étnica e culturalmente homogênea, em que a produção simbólica de um mito de origem e de uma história, memória e identidade comuns fornecia uma unificação cultural da qual partilhariam indivíduos potencialmente iguais e mutuamente previsíveis (CORTÊS, 2012, p.18).

Entretanto, e talvez seja esta a questão deste trabalho, não é possível que a anomalia seja encarada enquanto um produto natural de determinada civilização ou simplesmente aquilo que foge à regra. A(s) sociedade(s) têm seus próprios mecanismos de geração dos (a)normais o que de maneira alguma pode ser confundida com um processo natural. Talvez o seja espontâneo, no sentido que não há uma grande cabeça que tematiza e inventa os

(a)normais. Este binarismo não é suficiente para detalhar um objeto de tão múltiplas facetas, não se trata de um movimento orgânico e tão pouco de uma grande conspiração.

Foucault relembra Nietzsche e aponta precisamente que:

O historiador não deve temer as mesquinhas, pois foi de mesquinhas em mesquinhas, de pequena em pequena coisa, que finalmente as grandes coisas se formaram. À solenidade de origem, é necessário opor, em bom método histórico, a pequenez meticulosa e inconfessável dessas fabricações, dessas invenções (FOUCAULT, 2003, p.16).

Tomemos essa leitura foucaultiana de Nietzsche por um momento enquanto verdadeira para que a ideia de uma construção *antropofísica* da loucura, do anormal e do abjeto seja desnaturalizada: Nietzsche discordaria fundamentalmente da grande pompa e circunstância geralmente atribuída ao nascimento de um determinado saber, mais especificamente determinado conhecimento ou técnica. Seria tudo que hoje vemos grande e imperador uma mesquinhas em determinado momento. Dessa forma a ideia de um grande sujeito à espreita, quem decide o que há de ser criado torna-se impensável. O que existem são sujeitos que travam pequenas brigas em torno de suas próprias mesquinhas as quais, de acordo com as suas consonâncias históricas, levaram/levarão algumas a serem extensos movimentos e outras enquanto efetivas (ou assim discursivamente consideradas) ninharias a definharem. Teria sido assim com a poesia, com a fé, com a ciência, com tudo. Assim também ocorrerá com o que encaramos hoje como (a)normalidade, ou com essa forma de administrar a diferença e não a anormalidade enquanto conceito – dado que sempre existiu o estranho, o diferente, o estrangeiro, o anormal.

Se nos depararmos, portanto, com um conceito de tamanha abrangência temos por obrigação conceituar o que entenderemos aqui como anormais, dito de outra forma, (a)normalidade é um conceito de proporções tão oceânicas que defini-lo já é um processo político de escolhas e, portanto, *interditante* por natureza.

Foucault, como se sabe, dedicou boa parte da sua obra à compreensão das estruturas de apagamento e punição daqueles considerados subvertidos, imorais, doentes, anormais etc. Este padrão de escolhas será por nós aqui acatado, não se trata de um resumo das questões que se referem à anormalidade em seu termo mais largo, mas o reconhecimento de que o anormal deve ser compreendido em estruturas específicas. No caso de nosso trabalho a construção político-ideológica da sociedade burguesa e a da superioridade do

homem branco, católico/cientista e heterossexual, na década de 1950, em Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

2.2 Um Lugar de Fala: uma breve discussão no campo da informação.

Não tentaremos trazer novas considerações para este campo, aliás, parte do nosso trabalho foi o de tentar incluir a preocupação com o prontuário médico na esteira de trabalhos sobre o campo da informação e, sobretudo, com alguns autores que tratassem do objeto documento e da noção de informação. Pela condição do presente veículo de comunicação também não disporíamos de espaço para uma discussão exaustiva do tema, assim decidimos traçar, assumindo essa liberdade de reduzir o debate a poucos autores, algumas das considerações que julgamos importantes às nossas conclusões sobre este tipo de documento e, sobretudo, a sua função enquanto agente/dispositivo em nosso mundo contemporâneo.

O fenômeno informação foi revisto por Frohmann (2012) que, ao trazer o ensaio de Nunberg “Farewell to the information age” para o centro das preocupações sobre o documento revê sua pergunta fulcral: “como é constituída a impressão de informação?” (NUNBERG, 1996, p. 115 *apud* FROHMANN, 2012, p. 227).

E o trabalho que ela realiza é significativo, porque a imprecisão entre os diferentes sentidos da palavra “informação” – imprecisões que constituem a informação como um fenômeno – permitem, inter alia, que os entusiastas da era da informação utilizem “informação” em um sentido “que carrega um fardo ideológico nas discussões das novas tecnologias [de informação]”, discussões nas quais acredita-se que tais tecnologias “prenunciam uma nova e memorável ordem discursiva” (p. 110). Além disso, como a mensurabilidade é uma das características fenomenológicas da informação, tendemos, como salienta Nunberg, a levar a sério afirmações populares como “uma edição diária do New York Times contém mais informação do que a coletada durante toda a vida por um típico cidadão inglês do século XVII” (p. 111). [...] O estudo da fenomenologia da informação pode, portanto, ajudar-nos a rastrear as fontes de muitas crenças associadas à palavra “informação” (FROHMANN, 2012, p.227-228).

O artigo de Frohmann (2012) tem basicamente dois principais objetivos:

1. O primeiro deles é apontar uma forma 'útil' de tratar a ideia de informação. Essa 'utilidade' em Frohmann se dá a partir do deslocamento de uma análise teórica às 'localidades' ou constituições de um entendimento do que é informação.

O ensaio de Nunberg é apresentado como um exemplo útil de uma maneira de pensar sobre a informação, a qual desloca a nossa atenção de

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

questões do que poderia ser a própria informação, como espécie teórica, e a dirige para as questões sobre como – tanto em nossa época e local, e também em outras épocas e locais – o fenômeno da informação é construído. Sugere-se que uma conclusão promissora para se pensar filosoficamente sobre a informação é que uma fenomenologia da informação implica que a própria pergunta “O que é informação?” é, em si mesma, um aspecto do espaço cultural contemporâneo, no qual a informação é concebida como uma espécie teórica – o tipo de coisa sobre a qual faz sentido fazer tal pergunta viés teórico-filosófico (FROHMANN, 2012, p.245).

Este ensaio aponta duas principais 'fontes para o fenômeno informação' ambas intimamente ligadas à ideia de informação como substância, pois “a gramática de “substância” e seus cognatos permitem explorações conceituais daquilo que, precisamente, as propriedades da matéria em pauta podem ser” (FROHMANN, 2012, p. 228)

A primeira fonte seria a própria localidade da informação, "a organização material de formas documentais e suas instituições de apoio"; as formas documentais referem-se primordialmente: ao jornal, ao moderno trabalho de referência, aos dicionários monolíngues e às enciclopédias; aos guias de viagem, aos censos e a outros relatórios estatísticos; aos quadros de horários, às regras de trabalho e aos formulários das organizações de gestão moderna; e ao romance moderno (p. 115- 116) (NUNBERG apud FROHMANN, p. 228); e, alguns exemplos das instituições de apoio que seriam as 'responsáveis por organizar o mundo moderno' seriam:

[...] diversos tipos de museus públicos, especialmente aqueles dedicados a representações de belas-artes, história natural, ciência e indústria, além das lojas de departamentos e “bibliotecas públicas, grandes e pequenas, os catálogos em ficha de bibliotecas e a „biblioteconomia“ (agora chamada de „ciência da informação“) que cresceu juntamente com eles” (p. 116). Como as propriedades do nosso atual fenômeno de informação, que Nunberg revela na análise que faz de suas raízes documentais e institucionais, pertencem à categoria de substância, elas levam, a despeito de suas contradições e ambiguidades, a ideias sobre a informação com uma espécie teórica coerente. Elas dão uma aura teórica à pergunta “O que é informação?” (FROHMANN, 2012, p.228-229).

A segunda fonte do 'fenômeno informação' seria a ideia abstrata de informação que ganha maior força com os autores que escrevem em favor da mídia eletrônica. Nessa condição de conteúdo:

O documento é imaginado como o mero transporte ou canal para a transmissão da substância intencional da mente do emissor para a mente do receptor, uma ideia implícita na observação de Nunberg de que, de acordo com os entusiastas do ciberespaço, graças às novas tecnologias

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

digitais, o conteúdo dos documentos agora “pode ser liberado e manipulado como um tipo de **essência pura**” (FROHMANN, 2012, p.229, grifo nosso).

2. O segundo objetivo do autor nesse texto é introduzir alguns conceitos da filosofia da linguagem que Wittgenstein utilizava na sua 'última fase' (sobretudo as ideias de jogos de linguagem ou práticas de linguagem) para, então, defender que uma filosofia do documento é mais frutífera, ou promissora (em suas palavras), para compreender o fenômeno informação do que "os estudos centrados em uma excogitação filosófica e teórica da natureza da informação" (p. 245).

O motivo para essa conclusão é que uma abordagem wittgensteiniana sugere que práticas e documentos – com isso queremos dizer inscrições, enunciados específicos e a grande variedade de registros que circulam em uma miríade de formatos– são conceitos mais fundamentais do que informação. A atenção às práticas com documentos revela como documentos específicos, em épocas e locais específicos e em áreas específicas do terreno social e cultural, tornam-se informativos. [...] a informatividade dos documentos, quando reconhecida como algo dependente de práticas, é também dependente do que lhes dá forma e que os configuram. Este artigo sugere que as direções promissoras a seguir, para se buscar os fatores de configuração são a materialidade dos documentos estudados, suas histórias, as instituições nas quais eles estão inseridos e a disciplina social que dá forma às práticas com os mesmos (FROHMANN, 2012, p.245).

A compreensão que o autor imputa à obra de Wittgenstein vai desde as suas interlocuções mais plurais, mas centra-se, efetivamente, no questionamento sobre o que é significado e argumenta que essa é uma questão fundamental para a discussão do que é informação. Sobretudo por que 'informação' como unidade carrega, como foi visto no primeiro objetivo aqui descrito, a ideia de informação como essência, ou da informação abstrata. Segundo o autor é sobre essa perspectiva que a ideia de informação se liga à ideia de significado.

Frohmann inicia essa seção contestando uma passagem de Santo Agostinho, por ele considerada mentalista: "A imagem é a de que as palavras são representantes de objetos, e a ideia nela contida é que o significado da palavra é o objeto que a palavra representa. Juntos, esses dois conceitos formam uma imagem da linguagem que precede as teorias" (p. 231). Para o autor, o arquétipo (*Urbuild*) do Santo Agostinho para o significado é análogo a arquétipo de informação utilizado por parte dos teóricos da informação.

A crítica do autor é sobretudo à ideia de que o documento é uma matéria fria, sem vida, e que só ganharia o status de 'útil' no encontro com a mente viva quem transforma aquilo no que 'realmente importa': a informação.

Wittgenstein, segundo Frohmann, critica a ideia mentalista de significado em Santo Agostinho para chegar à defesa da linguagem. Desse ponto de vista, essa ideia compreende que uma filosofia do significado (quem pressupõe a existência de uma ligação mental entre determinada coisa e sua representação) não passa de uma fantasia, ou superstição.

A imagem agostiniana supõe que deve haver um intermediário mental entre palavra e ato, [...] Mas a ideia de uma indicação mental que correlaciona diretamente o conteúdo mental presente na consciência ao mundo é uma superstição [...] A descrição que Wittgenstein faz do jogo de linguagem simples do vendedor de loja⁹ mostra que, na reflexão filosófica sobre o que o significado em si pode ser, é inócua a ideia da presença de um tipo específico de entidade mental na consciência que liga ao mundo palavras, frases, regras ou outros elementos de uma língua. A conclusão de suas investigações é que, quando feita filosoficamente, a pergunta “O que é significado?” expressa uma confusão. [...] O significado não é uma espécie teórica coerente aguardando explicação. Wittgenstein minimiza a própria ideia de uma teoria do significado: “significado” é uma palavra corriqueira cujos propósitos e usos estão à mostra (FROHMANN, 2012, p.235, grifo nosso).

Assim sendo, tanto a ideia de significado quanto a ideia de informação - através da ligação que o autor faz entre as duas coisas - não possuem função, ou motivo para especulação: "nem o significado e nem a informação são espécies teóricas. Do mesmo modo, não existe nenhuma resposta sólida às questões 'O que é significado?' e 'O que é informação?'" (FROHMANN, 2012, p.236).

Assim como o tratamento da imagem agostiniana feita por Wittgenstein afasta nossa atenção das figuras mentalistas de significado e a aproxima das práticas com a linguagem, da mesma maneira ela afasta nossa atenção das figuras mentalistas de informação e nos aproxima das práticas com documentos. A perspectiva de Wittgenstein anuncia um afastamento de teorias da informação na direção de descrições de práticas documentárias. (FROHMANN, 2012, p.236).

Buscamos com essa longa explanação do texto de Frohmann contestar o estatuto sobre a informação geralmente veiculado, pois, como viemos até aqui argumentando há no documento não somente um réquiem a ser preenchido de alma, de informação, mais que

⁹ Pense agora no seguinte emprego da linguagem: mando alguém fazer compras. Dou-lhe um pedaço de papel, no qual estão os signos: “cinco maçãs vermelhas”. Ele leva o papel ao negociante; este abre o caixote sobre o qual encontra-se o signo “maçãs”; depois, procura numa tabela a palavra “vermelho” e encontra frente a esta um modelo de cor; a seguir, enuncia a série dos numerais – suponho que a saiba de cor – até a palavra “cinco” e a cada numeral tira do caixote uma maçã da cor do modelo. – Assim, e de modo semelhante, opera-se com palavras. – “Mas como ele sabe onde e como procurar a palavra „vermelho“, e o que vai fazer com a palavra „cinco“?” – Ora, suponho que ele aja como eu descrevi. As explicações têm em algum lugar um fim. – Mas qual é a significação da palavra “cinco”? – De tal significação nada foi falado aqui; apenas, de como a palavra “cinco” é usada (WITTGENSTEIN, 1958 *apud* FROHMANN, 2012).

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

isso, sob essa perspectiva defendida pelos neodocumentalistas ele também constrói e constitui.

A ideia de informação, por ela mesma, é pouco significativa, é usada para descrever tantos fenômenos que, no fim das contas, não representa muito mais do que uma ideia de informação. Esta afirmativa nos abre novos caminhos de pesquisa, podemos nos questionar, por exemplo, qual seria então o objeto de pesquisa da Ciência da Informação?

Freitas e Gomes (2004) nos respondem que para nós, profissionais, estudantes e pesquisadores do campo informacional, a informação sobre a qual produzimos questões é aquela informação registrada e com relevância social para estar depositada.

É claro que essa definição só tem significado possível dentro de determinado regime de validação, de verdade e de saber. Qualquer pessoa que defina qual documento ou registro é socialmente relevante estará, obviamente, declarando um estatuto de relevância sobre determinada sociedade e regime, mas nunca algo que abarque todas as condições possíveis de discursos verdadeiros, legítimos e relevantes.

A visão crítica das autoras supracitadas estabelece que, na nossa sociedade capitalista, os discursos que têm adquirido esse *status* de legítimo, dignos de estarem nos registros de nossa história/memória são, geralmente, os discursos dos vencedores. Na discussão das autoras sobre o conhecido ensaio de Le Goff (1984) sobre memória, estas definem dois tipos de ideias gerais sobre o registro, sendo “a) neutros suportes auxiliares da memória cerebral quando esta já não dá conta do grande número de saberes socialmente úteis” (p.2) e “b) resultado de luta pela memória social quando, estabelecida alguma fissura social, já não há consenso naquela sociedade sobre os saberes e/ouas narrativas socialmente relevantes. (p.2)

Apesar de não estarmos nos enveredando por um viés tão marxista quanto o das autoras, dialogamos mais fortemente com uma linha de pensamento subsequente do marxismo em que outros fatores que não somente a classe social referem-se à construção do sujeito e de uma história vitoriosa, podemos nos valer dessa ideia ampla de história vencedora para o nosso objeto em questão - o documento de arquivo .

Na construção acadêmica os registros da história sempre tiveram por 'obrigação' a 'neutralidade', de outro modo como poderiam ser aplicados a fenômenos mais amplos que a própria subjetividade? E, desse discurso, o documento (ou o registro) - que, ao fim e ao

cabo, é uma forma de legitimar a história - veio sendo constituído como um objeto comprobatório formal de certas relações sociais.

Freitas e Gomes (2004) diriam, seguindo os rastros de Nora, que a história administra o passado e, por isso, se baseiam nos 'registros escritos'¹⁰. "O que a História constrói, baseada em "registros autorizados", vem, no pensamento historiográfico conservador, se contrapondo à memória, tratada como suspeita: assistemática, afetiva, subjetiva. A História baseia-se em documentos: 'fontes objetivas' "(p. 3).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a presença do documento valida todo um procedimento excludente e segregador em nosso regime de verdade e de poder e, dessa forma, uma genealogia dessas séries quanto às suas funções dentro de instituições burocráticas se faz, não somente necessária, mas urgente para a ampliação de nosso poder de análise sobre os caminhos de exercício do poder em nossa sociedade.

O problema é: como fazer para que os estudos dessas gêneses se ampliem a uma noção larga de documento? Ou fazer com que as explicações de uma genealogia do documento extrapole aos contextos e filiações específicas de determinado documento?

Acreditamos não ser viável e que determinado documento só pode ser compreendido dentro de uma atmosfera micro, quanto menor mais assertiva será a análise. Acontece que, em algum momento, os procedimentos para uma teoria sobre o documento, como Lund (2009) iniciou, devem ser assimilados, reformulados e ampliados. Para, pelo menos, construirmos um solo fértil mais plural para as análises mais específicas.

A reificação do documento médico só tem sentido em nossa sociedade, mas mesmo nela, alguém poderia argumentar "Essas construções inexistiriam se não fosse a presença do documento?".

Numa análise apressada podemos dizer que não. A manutenção do poder sempre terá seus caminhos, bem, pelo menos até que cheguemos a um desses modelos ainda utópicos de sociedade. A grande questão aqui é: por que o poder deixa esses rastros em séries documentais? Qual a importância do documento na manutenção desse sistema?

¹⁰ A ideia de registro veio sendo aqui tratada somente pelo viés da escrita, entretanto essa sinalização das autoras de que há outras formas de registro são absolutamente necessárias para apontamentos mais amplos.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Esse questionamento se aplica a tudo, pois, o senso comum costuma afirmar que as coisas existem, ou não, pelo fato de darmos a ela, existência, ou não.

Por exemplo, alguém poderia argumentar – assim como nós argumentamos sobre a loucura – que o amor está condicionado a algumas séries documentais e, desse pressuposto, tentar compreender a importância de reduzirmos temas vastos como o amor à chancela de um documento (ou mesmo do Direito). Desse ponto, presumo que um dos caminhos frutíferos fosse a discussão do casamento e da legalidade de determinadas uniões, ou não.

O argumento opositor se manteria intacto “A união existe quando dois sujeitos decidem dividir uma vida, e desfrutam daquilo que conhecemos por amor.” Essa é uma afirmação verdadeira. Se acreditamos que o amor é algo intangível e que só pode ser compreendido nas relações humanas todo esse aparato para tentar compreendê-lo por um viés burocrático e documental não tem sentido. Entretanto a questão aqui é essencialmente outra: se olharmos o amor por esse viés documental conseguimos compreender que, através da autoridade, alguém pode restringir o amor a determinados casais.

Estamos, no cenário brasileiro atual, diante de um fenômeno bastante parecido quanto a perspectiva da família. Se buscamos aceitar que família é qualquer lugar onde as pessoas se sintam bem e que não é uma escolha documental que alterará isso estamos nos furtando ao fato de que ela – a perspectiva do documento – altera, em muito, as possibilidades de constituição de família e que gera implicações objetivas na vida dos sujeitos.

De forma geral o que queremos dizer é: algum homossexual pode decidir que não é louco, que o seu parceiro afetivo é, conceitualmente, sua família e que o seu amor existe, mesmo que a burocracia diga o contrário. O que foge de sua competência é a forma como os processos burocráticos influenciam em sua vida, podem não mudar o fato de que determinado sujeito não se sinta louco – voltando ao caso desse trabalho – e que possa seguir sua vida, como julga mais correto, o que não muda aqui é o fato que efeitos externos instauram um sistema que pode puni-lo e interditá-lo.

A ciência, enquanto ofício, sempre foi um dispositivo que validava determinadas interações com a vida dos sujeitos e, tudo o que estamos tentando fazer aqui, é buscar apreender em qual das instâncias os objetos documentais atuam nesses mecanismos.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

É claro, podemos dizer que a vida existe para além de todo esse jogo de poder mas dentro da lógica que estamos considerando, qual o papel dos arquivos, das bibliotecas, dos museus, dos livros, dos documentos no nosso modelo de sociedade?

REFERÊNCIAS

BUCKLAND, Michel K. Information as thing. **JASIS**, v. 42, n. 5. p. 351-360, jun. 1991.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

CARDOSO, Francilene do C.; NÓBREGA, Nanci de. A biblioteca pública na (re)construção da identidade negra. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.4, n.1, 2011.

CÔRTEZ, Mariana M. **Diabo e Fluoxetina: formas de gestão da diferença**. 2012. 384f. Tese (Dourado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: _____. **Estratégia, poder- saber**. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p.203-222.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2013.

FREITAS, Lídia Silva de. **Na teia dos sentidos: análise do discurso da Ciência da Informação sobre a atual condição da informação**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação - Área de Ciência da Informação). São Paulo, ECA-USP, 2001.

_____. O dispositivo de arquivo: a construção histórico-discursiva do documento e do fato. In: FREITAS, L.S.; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, Ana. **Documento: gênese e contexto de uso**. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2010.

FREITAS, Lídia Silva; GOMES, Sandra Lúcia Rebel. Quem decide o que é memorável?: A memória de setores populares e os profissionais da informação. In: FORO SOCIAL DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO, BIBLIOTECONOMIA, Buenos Aires, 2004. **Anais...** Buenos Aires, 2004.

FROHMANN, Bernd. A documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v.8, n.14 (2012)

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.6, n.1, p.5-18, jan./jun.2001.

GRIGOLETO, Maira Cristina. **A documentação patrimonial: gênese e fluxo dos processos de tombamento do Museu "Prudente de Moraes"**. 169f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP, Marília, 2009.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **Enciclopédia Einaud**. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984. p. 11-50.

LIMA, Marcia Heloisa Tavares de Figueredo . Um mundo de discursos raros e memórias frágeis: uma leitura sobre (de)(in)formações profissionais inspirada em Foucault, Colombo e Pêcheux. **Informare**, Rio de Janeiro, v.5,n.2, p.47-56, 1999.

LUND, N.W. Document theory. **ARIST**, v.43, n.1, p.1-55, 2009

MARTELETO, Regina M. A pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: marcos institucionais, cenários e perspectivas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.14, n. esp., p.9-40, 2009. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/915/605>>. Acesso em: 2 jun. 2014.

NIETZSCHE, Friedrich. Verdade e mentira no sentido extramoral. **Comum**, Rio de Janeiro, v.6, n.17, p.5-23, jul./dez. 2001.

NUNBERG, G. Farewell to the information age. In: NUNBERG, G. (Ed.). **The future of the book**. Berkeley: University of California Press, 1996. p.103-138.

ROSZAK, Theodore. **O culto a informação**. São Paulo: Brasiliense; Editora UNESP, 1988.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**. São Paulo: Brasiliense; Editora UNESP, 1992. 157p.

WITTGENSTEIN, L. **Philosophical investigations**. New York: Macmillan, 1958.

_____. **Preliminary studies for the "Philosophical Investigations"**. Oxford: Basil Blackwell, 1969.